

*Vidal Vicente Come**

Família: um espaço para a construção da paz, reconciliação, cidadania e género

RESUMO

O presente artigo tem por objectivo analisar a família como exemplo para a construção da paz, reconciliação, cidadania e género. Para o alcance deste objectivo, recorreu-se aos seguintes procedimentos metodológicos: análise bibliográfica e documental que consistiram na consulta bibliográfica de acordo com o tema. Sendo a análise dos dados feita mediante a interpretação e análise do discurso. O estudo é qualitativo, de natureza aplicada, objectivamente exploratório-explicativo. Com este estudo de caso, entende-se que a paz, reconciliação, cidadania e género devem ser, fortemente, estimulados na família através de modelos de vida familiar circunscritos na resolução de conflitos internos, aproximação das partes desavindas, reconhecimento pelas diferenciações de género e participação democrática enquanto elemento de exercício de cidadania.

Palavras-chave: Família, Paz, Reconciliação, Cidadania e Género.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the family as a model for building peace, reconciliation, citizenship and gender. To achieve this objective, the following methodological procedures were used: bibliographic and documentary analysis, which consisted of consulting bibliographic according to the theme. Data analysis is carried out through the interpretation and analysis of speech. The study is qualitative, applied in nature, objectively exploratory-explanatory. With this case study, it is understood that peace, reconciliation, citizenship and gender must be strongly stimulated in the family through models of family life circumscribed in the resolution of internal conflicts, rapprochement between disagreeing parties, recognition of gender differences and democratic participation as an element of exercising citizenship.

Keywords: Family, Peace, Reconciliation, Citizenship and Gender.

1. Introdução

Em 1992, Moçambique alcançou a paz volvidos 16 anos de guerra civil. Uma paz entremeada de conflitos e acordos que atrasaram a consolidação do Estado de Direito e Democrático,

afectando as bases da família, enquanto espaço privilegiado de “Educação para a cidadania e género¹”.

Trata-se de uma paz actualmente marcada pelo calar de armas nalgumas províncias e, em Cabo Delgado, por uma subversão da ordem com tendências extremistas, insegurança urbana, convulsões sociais caracterizadas por manifestações de determinados estratos da sociedade e ineficácia das políticas governamentais que não se traduzem na melhoria das condições de vida das populações, afectando as bases familiares, com maior incidência para as mulheres e crianças.

Está por detrás da tremida paz, o desejo de controlar os poderes político e económico, "por parte da classe dominante aliado a uma minoria que, indiferente às condições e aos controlos sociais, consideram a guerra [...] como uma oportunidade de expandir os seus interesses pessoais e ampliar a sua autoridade pessoal ignorando os interesses da maioria, bem como as consequências sobre a sociedade” (Ventura & Seiteunfus, 2005) citados por (Júnior, 2013: 250).

Todavia, não se deve desconsiderar que os conflitos são típicos da natureza humana. No entanto, o desejo e a manifestação do poder não podem ser ignorados na família, o berço da sociedade. Daí que o antídoto para uma paz efectiva, reconciliação, cidadania e género passa por aquilo que Freud, citado por Júnior (2013), elencou como elementos-chave para uma convivência harmónica entre os homens, nos seguintes termos:

Um caminho possível para a prevenção das guerras passa por uma socialização pró-social, ou seja, pelo estreitamento dos vínculos emocionais entre homens através da promoção de relações semelhantes àquelas relativas a um objecto amado, criando um sentimento de amor entre os homens (Freud apud Júnior, 2013: 254).

Neste contexto, o sentimento de amor deve ser estimulado na família, enquanto primeira estância social através dos processos de socialização e construção da personalidade. Assim sendo, o presente artigo analisa, de forma geral, a família como exemplo para a construção da paz, reconciliação, cidadania e género. De forma específica, contrasta a influência dos *mass media* sobre a família e considera a família como espaço privilegiado para uma educação para paz, reconciliação, cidadania e género.

¹ Lema do painel 7, da IIª Conferência sobre a Paz, Democracia e Reconciliação organizada pela Universidade Técnica de Moçambique, Julho de 2024.

O estudo é qualitativo, efectuado sob forma de estudo de caso. Como estratégias metodológicas para o alcance dos objectivos traçados, recorreu-se à análise de instrumentos bibliográficos e documentais que versam sobre a família, paz, reconciliação, cidadania e género, dos quais se incluem livros, artigos, Lei n° 10/2004 assim como um periódico eletrónico. E, os resultados foram obtidos com base na técnica de análise e interpretação de discurso.

Entretanto, a pesquisa revela-se, socialmente, importante na medida em que chama atenção à necessidade de se retornar à base familiar e, a partir desta, reestruturar-se a sociedade. Além disso, trazer a família à sua responsabilidade na educação dos seus membros para a paz, reconciliação, cidadania e género. Sob ponto de vista científico, contribui no debate sobre a Paz, Democracia e Reconciliação Nacional a partir da família enquanto espaço primário de socialização e construção da personalidade.

2. Abordagem teórica

2.1. Paz e género

Os eventos sociopolíticos que se têm observado, das primeiras eleições gerais aos dias de hoje, traduzem-se no que Mosca (2014) chama e deseja de “Da paz sem paz para a paz em paz. O fim das máscaras”, circunscritos numa paz negativa, marcada por conflitos militares de baixa intensidade nas regiões Centro e Sul de Moçambique, ataques bárbaros contra cidadãos indefesos em Cabo Delgado, corte sistemáticos de liberdades, violações dos direitos fundamentais, políticas governamentais que não se traduzem na satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, com a mulher e a criança a figurarem como as principais vítimas.

Portanto, “Da paz sem paz para a paz em paz”, aqui referenciada, Mosca expressa o desejo de se buscar soluções tendentes a se estabelecer uma paz efectiva marcada pelo cumprimento de acordos pós-conflitos e salvaguarda das liberdades básicas dos cidadãos, isto é, no respeito pelos princípios de igualdade e dignidade constitucionais, traduzidos por Vasco (2022) nos seguintes termos:

Existe paz quando as comunidades, os políticos e todos os actores sociais podem interagir sem violência, gerir os seus conflitos de uma forma positiva, respeitando as ideias dos outros, suas crenças e para o caso de Moçambique respeitando também as suas origens éticas e regionais (Vasco, 2022: 4).

O que Mosca deseja é a transição da paz aparente, aquela assente no formalismo mediante acordos ou cedências, para uma paz que se traduza e reflita-se na satisfação dos diferentes

estratos sociais. De uma paz formal, para a paz ideal. Trata-se de deixar por terra "o discurso patético e falso de Moçambique como um país de paz e estabilidade económica" (Mosca, 2014: 45).

E, "o fim das máscaras!", a inoperância das políticas de *Bretton woods* circunscritas em:

Mais pobreza, maior dependência externa, agravamento das desigualdades sociais, exclusão social, crise alimentar, corrupção, selvageria económica, perda de valores éticos de coesão social, riqueza concentrada, predadorismo de recursos naturais, discursos ofensivos para com os cidadãos por parte dos membros do governo. Concentração de poder, perda de democraticidade e desinformação oficial militarmente desenvergonhada (Mosca, 2014: 45).

Como se poder compreender, não se pode ignorar que a inoperância dessas políticas macroeconómicas e sociais ganham maior visibilidade nas famílias, sobretudo de baixa-renda, criando, por conseguinte, convulsões no seu seio, ameaçando a paz familiar. Por esta razão, Cristina Mafumo² afirma que a paz é "uma tarefa de todos os moçambicanos, não se resumindo somente ao calar das armas, devendo esta manifestar-se nas casas e no coração de cada um" (Integritymagazine.co.mz, 29/02/2024).

No entanto, ainda que os estudos sobre o género incidam sobre a problemática da violência no seio da família, pouco se tem de referência sobre o género no contexto da paz e reconciliação como pontos fundamentais na manutenção e gestão das diferenças entre os membros da família. Duas situações poderão estar por detrás, a saber: (1) o facto de não se olhar para a paz como um valor cultural transmitido no seio da família através dos processos de socialização aliado às influências da estrutura patriarcal que, mais do que coisificar a mulher e criança, principalmente, tem na violência um mecanismo de legitimação do poderio masculino; (2) a ideia segundo a qual a paz é reflexo do fim das hostilidades militares, sem nenhum impacto sobre as relações familiares.

Vasco (2022) discutindo sobre a paz e o género, traça o itinerário para a construção da paz efectiva, com uma mudança de paradigma no respeitante à mulher, nos seguintes termos:

Para que uma paz activa se torne realidade é necessário lutar pelo reconhecimento integral dos direitos de todos e, sobretudo, das mulheres que é a classe que mais sofre nos conflitos, pela participação equitativa e paritária nos processos de construção de paz, pela erradicação da pobreza, da violência e da exclusão, pela promoção da solidariedade, pela existência de um sistema de justiça independente, e por uma educação para a paz (Vasco, 2022).

² Secretária de Estado da Província da Zambézia.

Portanto, a construção da paz no espaço familiar passa necessariamente pela conceitualização desta como um valor fundamentalmente cultural, aliado à queda da estrutura patriarcal e à promoção da mulher como uma interlocutora incontornável nos processos sobre a paz e reconciliação nacional. Trata-se de valorizar a mulher enquanto actora imprescindível na educação familiar, sobretudo para a paz.

2.2.Reconciliação e democracia

Uma transição "Da paz sem paz para a paz em paz" que Mosca (2014) faz referência implica a reconciliação, isto é “acções de aproximação depois ou durante um conflito negativo em que as partes apresentam relações deterioradas” (Vasco, 2021: 3).

Júnior (2013) olhando para Moçambique no contexto da reconciliação entre os ex-beligerantes, entende que:

O pressuposto para a reconciliação é o reconhecimento e a aceitação das necessidades e direitos do Outro assim como dos danos e sofrimento infligidos mutuamente e isto foi sistematicamente negado em Moçambique, ficando cada facção na sua verdade dogmática e fundamentalista, que exclui o Outro, usando-o apenas como superfície para a projecção da sua agressão (Júnior, 2013: 67).

Ora, mais do que uma quebra de muros ideológicos, consolidação de uma paz efectiva e construção de um Estado de Direito e Democrático com instituições despidas de cores e ideologias partidárias, altamente excludentes, a reconciliação entre os ex-beligerantes é uma oportunidade adiada para a educação e promoção dos valores para a paz e democracia no espaço familiar, pois o político mais do que um aspirante ou gestor da coisa pública, contribui socialmente na educação para a cidadania.

A desconfiança, o discurso de ódio, o espírito de retaliação, a marginalização do Outro, sobretudo da classe política vinda de um conflito e outras dissidentes das duas maiores forças políticas que não se reveem nas posições intrapartidárias, dividem e atrasam a consolidação da reconciliação nacional. A propósito, Brito (2014) afirma que:

O caminho da reconciliação efectiva é pois um engajamento comum na construção das instituições que podem fazer avançar a democracia no país, da inclusão política, social e económica assim como da promoção da igualdade de oportunidades para todos (Brito, 2014: 39).

Por sua vez, o Pe. Abel Canada³, em declarações prestadas ao Integritymagazine.co.mz de 29/02/2024, entende que a reconciliação entre os moçambicanos não se deve limitar à

³ Pároco da Paróquia “Rainha Santa Isabel” de Mocuba.

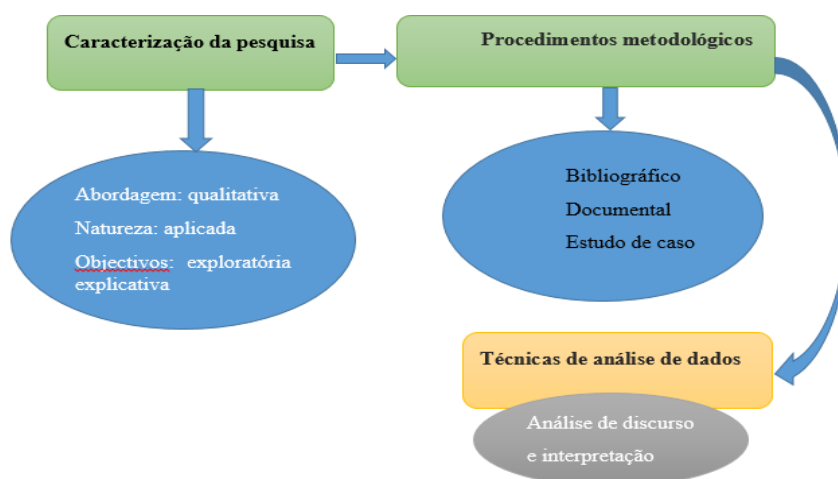
assinatura de acordos que visam a realização de eleições, devendo ser vista como a chave para unir os moçambicanos, trazendo uma paz efectiva:

Enquanto continuarmos a ignorar o processo de reconciliação entre os moçambicanos onde todos nós iremo-nos considerar irmãos e unidos num mesmo país não encontraremos caminhos para a paz, havemos sim de encontrar caminhos de cessação de hostilidades, negociações para eleições ou então caminhos de concórdia para algum objectivo.

Portanto, a paz e a reconciliação não podem ser reduzidas em compromissos políticos pontuais visando atender determinados contextos sociopolíticos, assim como familiares mas sim num exercício contínuo de estabelecimento da harmonia colectiva e aproximação da partes desavindas.

3. Material e métodos

Figura 1: Esquema metodológico



Fonte: Autor, 2024

A pesquisa é qualitativa tendo permitido analisar a família como um espaço para a construção da paz, reconciliação, cidadania e género. A mesma é aplicada, pois tem como finalidade buscar soluções da problemática da relegação da família, enquanto espaço de socialização e construção da personalidade do homem, na busca pela paz, reconciliação, cidadania e género. Além disso, este tipo de pesquisa, segundo Trujillo Ferrari (1982) citado por Zanella (2003), pode contribuir teoricamente com novos factos para o planeamento de novas pesquisas ou mesmo para a compreensão teórica de certos sectores do conhecimento.

Quanto aos objectivos, a pesquisa é exploratória pois visa ampliar conhecimento sobre a família no concernente à educação para a paz, reconciliação, cidadania e género. Ademais, na identificação de factores determinantes ou contribuição no desencadeamento do fenómeno, em estudo, explicando a razão da ocorrência, sua temporalidade, ambiente social e identificação de causas e efeitos (Zanella, 2003), concretamente a família enquanto espaço para educação para a paz, reconciliação, cidadania e género, sendo por esta razão, também, uma pesquisa explicativa.

Como estratégias metodológicas para o alcance dos objectivos traçados neste estudo de caso, recorreu-se à análise de instrumentos bibliográficos e documentais que versam sobre a família, paz, reconciliação, cidadania e género, dos quais se incluem: artigos, livros, leis e uma publicação electrónica.

Entretanto, os resultados foram obtidos com base na técnica de análise e interpretação do discurso. Para tal, procurou-se estabelecer relações entre a problemática da paz, reconciliação, cidadania e género na família, no contexto sociopolítico moçambicano. No referente à interpretação, procurou-se dar respostas, através de um exercício intelectual, com vista à satisfação dos objectivos do estudo.

4. Resultados e discussão

4.1. Família: base para a construção da paz, reconciliação, cidadania e género

Segundo os nºs 1 e 2 do Art.1 da Lei nº 10/2004, de 25 de Agosto (Lei da Família) "A Família é célula base da sociedade, factor de socialização da pessoa humana; A família constitui o espaço privilegiado no qual se cria, desenvolve e consolida a personalidade dos seus membros e onde devem ser cultivados o diálogo e a entreatuda".

É a partir das diferentes células (famílias) que perfazem o organismo (sociedade) que se cultivam valores, comportamentos e conhecimentos indispensáveis para a convivência harmónica entre os seus membros. Gaspar & Diogo (2010) discutindo a respeito do papel da família na construção da personalidade e socialização do homem, afirmam que:

A formação da personalidade e da socialização passiva começam com a procriação. O pequeno homem nasce, num grupo social, organizado concentricamente, de que a família é, nesse momento o centro. Esse círculo familiar, [...] é o quadro necessário ao desenvolvimento concordante da maturação biológica e das relações com o meio onde ocorre a aprendizagem. É a primeira fase da socialização, em que tudo depende das

trocas com o meio circundante e da natureza desse meio humano (Gaspar & Diogo, 2010: 135).

Como se pode consubstanciar da asserção acima, é na família enquanto espaço social onde se dão os primeiros passos de desenvolvimento físico, aprendizagem e socialização, sendo igualmente, o local imprescindível para a estimulação dos valores para paz, reconciliação, democracia e género.

É nesta perspectiva de socialização e construção da personalidade que para Mafumo "sem a paz afectámos o processo de desenvolvimento humano nas nossas crianças e a nossa população fica afectada. A formação de perfil de um cidadão faz-se com exemplos, com o seu dia-a-dia".

Todavia, a família ainda que seja um espaço de construção do perfil social do homem, é também de conflitos entre os membros, dos quais as mulheres, crianças e idosos são as principais vítimas. Ora, que razões estariam por detrás dos conflitos no seio da família?

A prior, o incumprimento dos votos nupciais assim como dos papéis secularmente adstritos aos cônjuges nos quais a submissão da mulher e o poder homem cruzam-se, colocam em causa o casamento na edificação da família. Assim sendo, o enlace que seria o símbolo da comunhão familiar, configura-se um processo mesclado em conflitos caracterizados por violência, deixando os lares nas incertezas, homens e mulheres carregados de trochas e crianças ao colo, tornando as casas inóspitas, as barracas e os bares os aposentos, o álcool o consolador, um autêntico *revive the war memories*.

Também, são razões concorrentes para as crises familiares que colocam em causa a estrutura piramidal do patriarcado: o questionamento social do poder masculino, sua confrontação com a legalidade, escolarização e participação activa e crescente da mulher na economia doméstica que a tira da dependência económica e exclusiva do homem. Para além disso, as tradições confrontadas pela modernidade cultural assente nos princípios feministas, por vezes, desajustados à realidade do patriarcado, a imposição do diálogo ou da comunicação horizontal que colocam em questão o exercício de poder masculino e geram conflitos baseados no género.

No entanto, as crises, que em muitos casos culminam em violência (físico, sexual e emocional) na família, ainda que sejam elementos impactantes na renovação das relações familiares e imprescindíveis como exemplo da construção da paz e reconciliação, valores sociais de que se reserva a educação familiar, violam os Direitos do Homem.

Entretanto, os tipos de violência que ocorre na família são:

“Os crimes de violência física mais frequentes neste país são as agressões corporais voluntárias, tais como, esbofetear, dar pontapés, morder ou esmurrar, assim como agressões qualificadas, a exemplo de espancamentos com sangramento e ameaças à integridade física. A principal forma de violência sexual no país é o estupro, com qualquer parceiro. A violência psicológica é a mais frequente, pois se considera que para a ocorrência de qualquer tipo de violência física, houve uma primeira de ordem psicológica” (Meque & Maloa, 2021):

Sobre o impacto da violência doméstica, Oliver & Oliver (1994) traçam as consequências, nos seguintes termos:

- ✓ Os sobreviventes da violência doméstica enfrentam altos índices de depressão, distúrbios de sono e outros problemas emocionais;
- ✓ Se não receberem ajuda, as meninas que testemunharam violência doméstica dentro de casa são mais vulneráveis a sofrer abuso quando adolescentes e adultas;
- ✓ Se não receberem ajuda, os meninos que testemunharam violência doméstica dentro de casa têm probabilidade muito maior de se tornarem abusadores da parceira e/ou dos filhos quando adultos, perpetuando o ciclo de violência na geração seguinte;
- ✓ Muitos casos de violência doméstica nunca são denunciados (Oliver & Oliver, 1994: 69).

Como se pode constatar, a violência doméstica, mais do que uma clara manifestação da quebra dos valores de paz e de controlo dos membros da família, é a réplica de um *imput* social apropriado a partir de várias fontes, das quais se incluem: família, amigos, media e religião, esta última assente no princípio de submissão da mulher e da posição do homem como a cabeça da casa. É, sobre este estatuto outorgado ao homem, de cabeça da família, aliado a uma economia patriarcal, que muitos casos de violência doméstica associados à mulher, não são denunciados, pois no patriarcado, a mulher não pode questionar o exercício de poder do homem sob o risco de ficar privada dos recursos económicos ou a violência intensificar-se, culminando em homicídios, em alguns casos.

No entanto, ainda que se assuma a mulher como a principal vítima da violação dos Direitos Humanos no espaço familiar, o dedo acusatório, diga-se genésico, tem nela a razão de todos os problemas familiares, ignorando os comportamentos erráticos do homem, circunscritos nas estratégias de exercício de poder por parte do homem. Por essa razão, a paz e reconciliação na família devem ser (re)construídos mediante a reconfiguração das relações de género, na queda da família tradicional, marcadamente autoritária, em que o poder reside no homem e no empoderando crescente da mulher por forma a se reduzir o fosso económico que a coloca em posição coisificante no espaço familiar.

Alinhando no mesmo diapasão, Gaspar & Diogo (2010) sugerem uma nova estrutura piramidal e ao domínio autocrático do chefe de família sucederem a cooperação entre os esposos, a

eliminação progressiva da segregação dos papéis (o trabalho da mulher no exterior, a partilha das tarefas domésticas), a autonomia crescente da mulher.

Nesta óptica, a cooperação pressupõe o alinhamento na prossecução dos objectivos familiares, sugerindo-se também a igualdade e a redefinição das relações com os filhos, sem se pôr em causa a autoridade no seio da família, mas sim os mecanismos de exercício de poder. Esta reconfiguração das relações implicaria paz na família.

A propósito da influência da família na construção da paz, reconciliação, cidadania e género, as crianças se forem vedadas ao diálogo e à colocação das suas ideias, dificilmente, compreenderão a importância da democracia enquanto elemento de exercício da cidadania. Da mesma forma, se crescerem no meio de abusos, intolerância e violência conjugal, não entenderão o valor da paz e da reconciliação. Entretanto, o espírito de diálogo, cooperação, paz, reconciliação, respeito pelas diferenciações de género e cidadania são reflexo da construção familiar e das formas de relacionamento dos seus membros, sem querer ignorar as influências do meio social.

4.2. Influência dos *mass media* sobre a família

Os *mass media* e influenciadores sociais tornaram-se em novos conselheiros, inculcando no seio da família valores socioculturais que se opõem ao patriarcado, os quais se assentam no questionamento do poder centralizado no homem e na reivindicação de uma nova ordem social, da qual o feminismo é a bandeira. Trata-se de colocar a mulher, a principal vítima da violência na família, no plano cooperativo e não de submissão e coisificação.

Além disso, disseminam o respeito pelos direitos da criança, idosos e minorias, outras vítimas da violência doméstica numa gradação descendente, assim como na denúncia de casos que em outros contextos temporários e sociais caíam no silêncio, na indiferença ou normalização social, no desconhecimento ou superficialidade legal.

No entanto, ainda que reconhecido o papel dos *mass media* no dinamismo social, a responsabilidade dos membros da família, em particular dos pais enquanto guardiões dos costumes, educação e exemplos da imagem social da família, continua a eles incumbida pois, tal como se fez referência acima, a família é a primeira instância para a construção da personalidade e socialização do sujeito humano, desempenhando um papel crucial na educação dos seus membros para a paz, reconciliação, democracia e género. Assim sendo,

primeiramente, as soluções devem ser internas (familiares) e, seguidamente, externas (*mass media e influencers*).

Da mesma forma, compreende-se que as soluções para a Paz, Democracia e Reconciliação Nacional em Moçambique dependem da boa vontade dos contendores políticos e das outras forças vivas da sociedade, movidos por um espírito patriótico, pois ninguém conhece melhor os sacrifícios e retrocessos impostos pelas guerras do que a sociedade moçambicana. Portanto, as soluções para os problemas internos do país não estão em Roma, Lusaka, Inkomati, Kigali, assim como em instituições religiosas pois "qualquer que seja a solução pontual, as soluções duradouras terão de ser internas" (Mosca, 2014). Esta máxima assenta-se na família enquanto espaço social, marcado constantemente por conflitos, negociações, cedências para a manutenção da paz, reconciliação e preservação da integridade familiar.

No entanto, a aparição dos *mass media* e dos *influencers* sociais como solução e conselheiros familiares, mostra a imagem de uma estrutura familiar que, ainda pouco flexível, recebe os *inputs* sociais, sem se ignorar que os primeiros influenciadores deveriam estar dentro do espaço doméstico.

Entretanto, não se trata de subestimar a triangulação ou busca de uma terceira voz para a solução dos diferendos entre membros de uma determinada família, comunidade ou país, mas ressaltar o papel da família como primeira instância na busca de soluções, aliais “ a roupa suja lava-se dentro de casa”. Trata-se encontrar intramuros indivíduos conhecedores da realidade, com um sentido de pertença ou patriótico na mediação das discórdias internas.

4.3. Da cidadania ao culto da paz, reconciliação e género

A cultura do diálogo e da entreaajuda, descritos no n°2 do artg.1 da Lei n° 10/2004, de 25 de Agosto, são construídos na base de um modelo familiar que respeita os direitos dos seus membros, primeiramente, assim como os estímulos da sociedade, seguidamente. Todavia, no exercício de poder na sociedade patriarcal, o diálogo é substituído pela violência, a reconciliação pela rendição, o perdão pela desistência e a entreaajuda pelas trocas o que deixa fossos de desconfianças, geradores de crises.

Ora, numa altura em que se tenta construir as bases para a consolidação da paz, democracia e reconciliação nacional, tem-se vindo a notar que as duas maiores forças políticas do país (ex-beligerantes) dão espaço decisório às elites castrenses (ACLIM e Desmobilizados de Guerra),

tal como se assistiu nos processos de eleição de candidatos à Presidência da República para o escrutínio de 9 de Outubro de 2024. Possivelmente, faça sentido pois as grandes decisões e acordos tenham no conflito armado o seu ponto de partida.

No entanto, se o exercício de poder e de decisão devem ter o cunho militar, ou de quem exerce o poder coercivo, que valores a se dar às organizações e singulares que não fazendo parte do sector securitário queiram-se fazer ouvir? Não se estaria aqui a passar um recado, aos jovens sem histórico militar, que os processos de busca de poder passam necessariamente pela sua filiação em movimentos de géneses militar ou a buscarem o espaço de cidadania através de levantes militares? Da mesma forma, que mensagem estaria-se a passar com o exercício de poder na família baseado na violência contra as mulheres, crianças, idosos e minorias?

Para Oliver e Oliver (1994: 71) “quando abusamos o poder por meio da coerção, acabamos com a confiança que é a chave para o processo da edificação do sujeito humano”. Este comportamento de exercício de poder, de agressividade como meio de comunicação, de controlo excessivo dos membros familiares, de uso da força para imposição de pretensões pessoais motivadas por um suposto direito adjunto ao papel de exercício do poder, de falta de diálogo e cooperação, fomentam a espiral da violência no seio da família, comprometendo o desenvolvimento da personalidade da criança que tem nas atitudes repreensivas e menos educativas dos pais, a quem cabe o exercício da razão e aos filhos o de execução, exemplos a seguir.

Mosca (2014) numa missiva dirigida ao futuro presidente, no escrutínio de 2009, na qual apela ao envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil à manifestação da cidadania, afirma que os moçambicanos precisam de:

Uma consciência de cidadania informada, livre, sem receios de consequências pelos posicionamentos políticos e ideológicos, uma sociedade mais aberta, tolerante, plural e respeitadora das diferenças. Isso é possível com mais educação e informação, com a formação de mentes críticas, libertas de pressões, e censuras, mesmo que da autocensura como precaução de sobrevivência (Mosca, 2013: 14).

Ora, quer na família, quer na sociedade, uma solução advinda por via da coação, traz pouco para a harmonia colectiva, inibindo o exercício de cidadania, para além do gozo das liberdades e direitos constitucionalmente estabelecidos, configurando uma justificativa para as desavenças entre os membros da família, número crescente de divórcios e de acordos assinados pelos mesmos actores da paz, de que Moçambique é um exemplo.

Para que isso se contrarie, o perdão e a reconciliação devem ser valores cultivados no seio da família, pois sem estes dois princípios a paz torna-se aparente, culminando com a quebra afectiva entre os membros, visto que as velhas feridas não cicatrizam e são geradoras de desconfianças, ódio e espírito de retaliação.

Lederach (1995) citado por Vasco (2021) afirma que, a reconciliação envolve três paradoxos específicos que são:

- ✓ A reconciliação promove um encontro entre a expressão franca do passado doloroso e a procura de articulação com um futuro interdependente e duradouro;
- ✓ A reconciliação propicia um espaço onde a verdade e o perdão se encontram, a preocupação de revelar o que aconteceu e deixá-lo para trás é validada e assumida em benefício de uma relação renovada;
- ✓ A reconciliação reconhece a necessidade de dar tempo e lugar à justiça e à paz, de modo que a reparação dos erros seja associada à visão de um futuro comum e interligado (Vasco, 2021).

Como se pode compreender, a reconciliação restabelece a confiança entre as partes desavindas para uma convivência harmónica entre os homens outrora separados pelas fronteiras conflituais. Portanto, sem a reconciliação, a paz é trémula e amor colocado em causa.

Segundo Oliver & Oliver (1994) quem não se sente amado tem uma dificuldade em se amar e, por causa disso, tem dificuldades em amar os outros. Assim sendo, um cidadão deve sentir-se amado no seio da família e da sociedade, revendo-se nas realizações dos órgãos de gestão do Estado na satisfação das suas expectativas. E, isso é possível em meio a paz, reconciliação, respeito pelas diferenciações de género e livre exercício de cidadania.

Para tal, impõe-se a conscientização da família no culto de uma cidadania activa que desperta os valores da paz, reconciliação e género à mulher, crianças, idosos, minorias e homens. Ainda que estes últimos sejam tidos como perpetuadores da violência doméstica, vários são os casos nos quais os homens são vítima de atrocidades domésticas praticadas, sobretudo, pela mulher enquanto parceira. Além disso, a quebra das fronteiras do ego, tendo no próximo, quer na família, quer noutras instâncias sociais, uma pedra angular na edificação da família ou do país, assim como no abandono das políticas baseadas na intolerância, servilismo, partidarismo e exclusão, geradoras de conflitos e mãe de guerras.

5. Considerações finais

O conceito paz sofreu alguma evolução ao longo do tempo pois há pessoas que não sabem ler e escrever mas vivem na paz (ideal) sem precisarem de observadores e de *mass media*, contrariando outras que com os punhos sobre um calhamaço de papéis sob olhar de diversas personalidades, assinam os acordos de paz (formal), cada uma comprometendo-se, astuciosamente, a cumprir certas cláusulas para o fim de conflitos, ignorando que a paz é um compromisso moral, ético, afectivo que exige a compaixão, respeito mútuo, perdão e reconciliação, nada mais que seja alheio à família na educação dos seus membros. Aliás, a família enquanto espaço privilegiado de socialização e construção da personalidade, tem o papel crucial na educação para a paz, reconciliação, cidadania e género.

No entanto, para que se alcance este objectivo, há que se entender que a educação faz-se através de modelos familiares, primeiramente, sem deixar de lado, seguidamente, as influências sociais, das quais se incluem os *mass media*, a escola, a igreja, entre outros, na educação para paz, reconciliação, cidadania e género. Trata-se de se evidenciar o papel da família na socialização e construção da personalidade de um indivíduo que olha para a paz como um direito que lhe permite contribuir para o bem da sua pátria, assim como no contexto das diferenciações de género.

Portanto, sem paz não há reconciliação. Sem reconciliação a paz é aparente. Sem a paz e a reconciliação, o exercício de cidadania é supérfluo e o desrespeito pelo género é incontornável. Como se pode notar, o papel da família é crucial na mudança dos paradigmas para a paz, reconciliação, cidadania e género.

BIBLIOGRAFIA

A paz não se limita ao calar das armas - Cristina Mafumo, Secretária de Estado da Província da Zambézia. Integritymagazine.co.mz, 29/02/2024.

BOLETIM DA REPÚBLICA (2004). *Lei n°10/2004 de 25 de Agosto: Lei da Família*.

BRITO, L. (2014). *Uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique* in BRITO, L. et al (Org) (2014). *Desafios para a paz em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 23 – 39.

GASPAR, P.& DIOGO, F. (2010). *Sociologia da Educação e Administração Escolar*. Luanda: Plural Editores.

JÚNIOR, B.E. (2014). Caminhos moçambicanos para a construção da democracia em Moçambique: Notas de uma leitura psicanalítica. In: BRITO, L. et al (Org). *Desafios para a paz em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 249 -280.

MEQUE, E.A. & MALOA, J.M. (2021). A lei contra a violência doméstica em Moçambique: seu alcance, limitação e desafios. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA)*, v.1, nº 2, pp.103-119.

MOSCA, J. (2014). *Os elefantes pisam...mas não matam a savana*. 1ªed. Maputo: Alcance Editores.

OLIVER, W. & OLIVER, E. (1994). *Esperança para a Família: o Caminho para um final feliz*, Nampa: Pacific Press.

VASCO, D.J. (2021). Reinventar a Paz e Reconciliação Nacional a Paz e Reconciliação Nacional em Moçambique. *Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea*, V.3, Nº2, p.31-42.

ZANELLA, L. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 2ªed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

*Mestre em Sociologia do Trabalho e das Organizações pelo Instituto Superior Monitor. Licenciado em Ensino de Português pela UP/ Unisaf Maxixe e Docente de Língua Portuguesa na Cidade da Maxixe. Email: vidal.v.come@gmail.com